

PETRÓLEO

Leonardo Santos



No fundo, no fundo, cada vez mais nosso

Pág. 8



Platéia lota o auditório do 8º CONSENGE, considerado o melhor já ocorrido

8º CONSENGE mobiliza sindicatos de todo o país

Engenheiros se reúnem, em Florianópolis, para discutir “Engenharia e Desenvolvimento com Inclusão Social”

Páginas 4 e 5

**ENCARTE
ESPECIAL**

Carta de Florianópolis
e a resolução ‘O Pré-Sal
é do Povo Brasileiro’,
definidas no
8º CONSENGE

Um balanço político do 8º CONSENGE

Com a presença de 160 delegados e 71 observadores e convidados, realizou-se no período de 3 a 6 de setembro, em Florianópolis, o 8º CONSENGE. Tendo como tema principal “ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL”, o Congresso debateu, durante três dias, em reuniões plenárias ou de grupos, subtemas relacionados a Formação Profissional, Energia, Meio Ambiente e Organização Sindical. Ao final do encontro, estava consolidado um conjunto de propostas que servirá como base e orientação para que o planejamento estratégico da FISENGE priorize seus eixos de atuação para o mandato que se inicia.

Dentro da temática acima mencionada, devemos ressaltar o debate sobre a descoberta das novas áreas petrolíferas em águas ultra-profundas conhecidas por “pré-sal”. As questões mais relevantes nesta discussão foram: a propriedade das novas reservas, suas formas de exploração e, principalmente, como distribuir os resultados da exploração do pré-sal com o povo brasileiro.

O 8º CONSENGE foi também um enorme salto de qualidade em relação a Congressos anteriores em termos de participação nos debates e engajamento, o que reflete um maior grau de maturidade política da entidade. Também ficou evidente que a FISENGE está construindo uma estrutura de comunicação adequada às novas necessidades do atual momento político e que possa, em breve, melhorar os existentes e criar novos canais de comunicação entre todos os SENGES filiados. Com isto, será possível a entidade realizar, de uma maneira mais efetiva, novas formas de intercâmbio de experiências entre os SENGES filiados.

Ao final do 8º CONSENGE, foi aprovada por aclamação a “Carta de Florianópolis” resumindo as principais deliberações e escolhida a cidade de Porto Velho, capital de Rondônia, para sediar o 9º CONSENGE.

Governabilidade para quê?

■ Agamenon Oliveira

A tentativa de instalação do projeto neoliberal no Brasil foi acompanhada da introdução de um novo vocabulário que lhe é próprio. O saudoso economista, jornalista e companheiro Ricardo Bueno chegou até a redigir um caderno exatamente com o nome de “GLOSSÁRIO NEOLIBERAL”. Fazem parte desse vocabulário, entre outros termos: empregabilidade e governabilidade. Por empregabilidade, os neoliberais entendem e tentam fazer crer que o desemprego é uma questão inerente ao próprio trabalhador, sua falta de qualificação técnica, etc. Não estando em causa problemas estruturais da economia, crises econômicas ou outros problemas.

No caso do termo governabilidade, o propósito é o mesmo. Ao tentar desideologizar certos termos e torná-los de uso corrente, inclusive dentro da esquerda, os neoliberais objetivam universalizar suas propostas, já que agora, para eles, a ideologia acabou, não tendo mais sentido o embate esquerda versus direita. Evidentemente, somente a eles isto interessa.

No caso do termo governabilidade, a questão política merece ser melhor discutida, pois ela tem servido como escudo e mecanismo de defesa contra todos aqueles que, por um motivo qualquer, criticam o governo LULA. A resposta ao questionamento, invariavelmente tem sido, que tal medida foi tomada em nome da governabilidade. Em primeiro lugar, o que seria a tal da governabilidade, tomada de empréstimo dos neoliberais? Tudo indica que seria tudo aquilo que coloca em risco o governo, seus projetos, suas políticas, etc. Seria o caso de se perguntar se tal idéia faz algum sentido, sendo o regime democrático um regime de mudanças e

alternâncias dos governos, das políticas, dos projetos e ainda mais que, em todas as eleições, o governo fica vago e pode ser substituído até pelo seu contrário.

A questão fica um pouco mais complicada, quando se questiona a política de alianças com as forças mais retrógradas da política atual, como as composições com José Sarney, Jáder Barbalho e a entrega de empresas estatais ou ministérios aos Eduardos Cunhas, Josés Janenes, et cetera. Ai, invariavelmente, a resposta já está pronta. Tudo é feito em nome da tal governabilidade.

Seria a vez de nós perguntarmos. Existe algum limite para tal tipo de comportamento? Se existe limite para a governabilidade, ela pode ser discutida e quem sabe ela possa se submeter a algo mais importante que ela, como princípios, projetos políticos, projeto de nação, mudanças efetivas e não cosméticas, etc.

Se a governabilidade não se submete a nada, é a institucionalização da política de que “os fins justificam os meios”, em nome da qual seria desnecessário enumerar os crimes que foram cometidos contra a humanidade. Os militares que torturaram presos políticos nos DOI-CODI o faziam em nome da “governabilidade”, do regime ditatorial e, pasmem, em nome da democracia. Um outro aspecto detestável dessa política tão do agrado dos neoliberais é que ela despolitiza a própria política e a transforma num jogo maniqueísta do bem contra o mal, não comportando o detalhe, a nuance, a riqueza de interpretações que é próprio da realidade política que sempre teima em não se submeter aos esquemas, aos rótulos e às receitas.

■ Agamenon Oliveira é diretor do SENGE-RJ



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE

Luiz Antonio Cosenza

DIRETORIA

Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio José Martins, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Nascimento, Fernando Turino, Flavio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes, Gilberto da Silva Nunes, Gunter Angelkorte, Günther Benedict Craesmeyer, Jorge Antonio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio Cesar Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antonio Barbosa, Maria Virginia Brandão, Olimpio Alves dos Santos, Paulino Cabral da Silva, Paulo César Granja, Sergio Gomes dos Santos, Sonia da Costa Rodrigues

CONSELHO EDITORIAL

Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio José Martins, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, Günther Benedict Craesmeyer, José Stelberto Porto Soares e Luiz Antonio Cosenza.

CONSELHO FISCAL

Titulares: Aloisio Souza da Silva; Paulo Cesar Quintanilha; Sergio Barbosa de Almeida; Suplentes: Antonio Carlos Soares Pereira; Catarina Luiza de Araujo; Rubem Corveto de Azeredo.

JORNAL DO
Engenheiro

Edição: Júlia Gaspar (MTÉ 28.318/RJ)
Estagiária: Julia Affonso
Editoração e Produção Gráfica: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 5.500 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Monitor Mercantil

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

BRADESCO:

A verdade sobre a (des)locação do CREA-RJ

Luiz Antonio Cosenza

Depois de promover a descentralização do atendimento do CREA-RJ em diversas inspetorias e postos de atendimento, alguns números devem ser analisados para que se tenha uma visão clara daquilo que o atual presidente do Conselho diz ser o grande sucesso de sua administração. Até hoje, os conselheiros do CREA-RJ não têm conhecimento do custo desta descentralização. Mas vamos analisar alguns dados.

É bom que se deixe bem claro que não somos contra a descentralização, mas esta deve ser feita de forma racional, produzindo o melhor atendimento aos profissionais, às empresas e ao público e com os recursos adequados, como nas inspetorias de Niterói, Barra da Tijuca, Campo Grande, Macaé, Campos ou Volta Redonda, entre outras. Há casos absurdos: qual o interesse na criação de um posto de atendimento em locais como Búzios, que tem uma média mensal de 13 protocolos que lá dão entrada? Ou em Cantagalo, com 16; Itaboraí, com 4; Maricá, com 16; Miguel Pereira, 9; Parati, 11; Madureira, 5; Piratininga, 7; São Pedro da Aldeia, 9; Eletronuclear, 6 (onde já existe a Inspeção de Angra dos Reis), além de diversos outros locais com, também, em média, menos de 1 protocolo por dia.

Não satisfeito, o presidente, a menos de 4 meses de entregar o Conselho a seu sucessor, anuncia a descentralização do atendimento da sede do CREA-RJ, na Rua Buenos Aires. Diz que esvaziará, pelo menos, 5 andares do prédio, onde mensalmente dão entrada mais de três mil protocolos. Ao mesmo tempo, diz que vai abrir postos em locais próximos, no próprio centro, como Praça Mauá, Av. Rio Branco e Castelo ou em bairros próximos, como Glória, Flamengo, Largo do Machado e Urca, dentre outros. Dá para entender? Para que gastar essa dinheiro com aluguel, logo no fim do mandato? Que interesses estão em jogo?

Foto: imprensa CREA-RJ



“ Entregar parte da sede do CREA-RJ neste momento, além de ser uma atitude anti-ética, é um duro golpe nos profissionais que, democraticamente, derrotaram nas urnas o candidato da atual administração ”

Coincidentemente, o Bradesco está preparando uma proposta de locação dos andares que seriam desmobilizados pelo presidente, informação que foi confirmada pela assessoria de imprensa do presidente em final de mandato. O diretor regional do Bradesco, em resposta a carta enviada a ele pelo presidente eleito Agostinho Guerreiro, também confirmou que o Banco estava negociando com o CREA-RJ. O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ), assim como o Clube de Engenharia, Sindicato dos Arquitetos, Associação dos Engenheiros Agrônomos, Sinsafispro (Sindicato dos Servidores das Autarquias de Fiscalização Profissional e Entidades Coligadas no Estado do Rio de Janeiro), além do próprio Agostinho Guerreiro, que em seu programa de campanha já sinalizava como prioridade a melhoria do atendimento aos profissionais, se posicionaram contra qualquer transação imobiliária a menos de 4 meses da posse da nova administração.

Entregar parte da sede do CREA-RJ neste momento, além de ser uma atitude anti-ética, é um duro golpe nos profissionais que, democraticamente, derrotaram nas urnas o candidato da atual administração, optando por Agostinho Guerreiro que, com certeza, irá transformar o Conselho numa autarquia federal transparente e democrática e a serviço dos profissionais, das empresas e da sociedade. Finalizando, quero mandar uma mensagem aos funcionários do CREA-RJ que trabalham hoje num clima de insegurança e medo. O CREA-RJ voltará a tratar os funcionários com o respeito que qualquer trabalhador merece, do superintendente ao mais humilde funcionário. Temos total confiança que Agostinho Guerreiro trará de volta o clima de diálogo, harmonia e confiança dos servidores com a direção. Chega de ameaças e autoritarismo. Feliz 2009.

LUIZ ANTONIO COSENZA é presidente do SENGE-RJ e conselheiro do CREA-RJ



Engenharia e Desenvolvimento

Em Florianópolis, observadores e delegados discutiram, na 8ª edição do CONSENTE, temas de interesse nacional

Júlia Gaspar

O 8º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (CONSENTE) aconteceu de 3 a 6 de setembro, em Florianópolis. O Congresso é organizado a cada três anos pela FISENGE e, nesta oitava edição, trouxe como tema: “Engenharia e Desenvolvimento com Inclusão Social”.

Os 160 delegados e 71 observadores que participaram do 8º CONSENTE vieram de sindicatos de engenheiros de todo o país. No último dia de Congresso, foi homologada a “Carta de Florianópolis”, documento que contém a resolução dos

temas debatidos e que servirá de guia de propostas a todos os SENGES. Leia a “Carta de Florianópolis” no encarte ou no site www.sengerj.org.br. O próximo CONSENTE será em Porto Velho, no estado de Rondônia, conforme eleição em plenária.

FISENGE ganha nova diretoria

A chapa “Engenharia e Desenvolvimento com Inclusão Social” foi eleita, na plenária final do 8º CONSENTE, para a nova diretoria da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros



Bittencourt: novo presidente da FISENGE

(FISENGE), pelos próximos três anos. O novo presidente da Federação, Carlos Roberto Bittencourt, declara: “essa diretoria terá forte capacidade de articulação com as entidades ligadas a engenharia e com os movimentos sociais, para o avanço nas políticas públicas, com articulação forte nos assuntos relacionados à categoria, também queremos ter ação mais efetiva com os movimentos sociais e levar propostas avançadas para o sistema CONFEA/CREA”.

Brasileiros na produção de energia

“Energia, Ambiente e Inclusão Social” foi tema de amplo debate no 8º CONSENTE.

O professor da UFRJ Luiz Pinguelli Rosa e o diretor de comunicação da Associação dos Engenheiros da Petrobras, Fernando Siqueira, apresentaram em palestra questões importantes a serem pensadas e questionadas pelos engenheiros e cidadãos brasileiros.

Luiz Pinguelli Rosa afirma que o atual modelo de energia elétrica necessita de reajuste. Segundo ele, um dos motivos é a manutenção de todos os contratos onerosos, em particular com usinas privadas, que deveriam ter sido mudados no início do governo. “A participação privada ainda é muito privilegiada no setor elétrico, tanto que a usina Jirau, do Rio Madeira, foi ganha por um grupo francês, tinha que ser ganha pela Eletrobras, está tudo errado”, diz. Pinguelli considera também que o preço da energia elétrica está muito alto, principalmente comparado a outros países. “Não há sentido um país como o Brasil cobrar tão caro pela energia elétrica. Quem não está na tarifa social, paga muito caro”, afirma.

Luiz Pinguelli considera que a energia nuclear também não vai bem. “O novo reator de Angra 3 é muito caro, caríssimo, tem contratos muito onerosos para o Brasil, isso não é bom”, explica.

Outro aspecto destacado por Pin-

guelli é a necessidade de o Brasil reduzir o desmatamento com urgência. “O desmatamento é a pior contribuição do Brasil para o efeito estufa, e não a energia, como em outros países. O desmatamento é ruim não apenas pelo efeito estufa, mas também para quem vive na Amazônia”, alerta.

Para Pinguelli, o Biodiesel também vai mal. “O projeto era usar mamona, dendê e várias coisas, mas só está se usando soja, praticamente de grandes produtores, e não de pequenos produtores familiares, além disso está saindo de má qualidade”, explica.

Luiz Pinguelli considera o álcool um êxito no Brasil. “Vai muito bem e é muito melhor que o álcool americano. O Brasil é o melhor produtor de álcool no mundo, tem as melhores condições para isso”, afirma.

O Pré-Sal é do Brasil

Fernando Siqueira, cuja presença foi proposta pelo SENGE-RJ, apresentou questões relacionadas ao pré-sal. Ele diz que, pela constituição brasileira, o petróleo pertence à união. “Em 1997, o Fernando Henrique fez uma lei que tem um artigo que contraria a constituição. Esse artigo diz que quem extrair o petróleo é proprietário dele. Nós tentamos derrubar esse artigo no supremo, mas infelizmente os lobbies atuaram lá



O ex-presidente da FISENGE, Olimpio Alves dos Santos, e os palestrantes Luiz Pinguelli e Fernando Siqueira

também e nós não conseguimos”, lamenta. Siqueira explica que a lei do petróleo é incoerente: “tem um artigo terceiro que diz que as jazidas pertencem à união, tem o artigo 21 que diz que o produto da lavra dessas jazidas pertencem à união, portanto esses dois artigos são consoantes com a constituição. Mas veio esse artigo 26 que os lobbies internacionais emplacaram no congresso que dá propriedade a quem extrai”, explica.

Siqueira diz que o pré-sal, pelo volume de reservas existentes, evidenciou o absurdo que é o marco regulatório atual, que possibilita que o petróleo brasileiro

possa ser explorado por empresas internacionais. “Hoje nós temos 14 bilhões de barris de reserva e o pré-sal pode ter 90 bilhões. Se esse petróleo for extraído dentro das condições atuais, 55% dele será da empresa que extrair, que não investiu, não correu risco, de repente compra um bloco e passa a ser dona do petróleo. Eu estou me referindo a um leilão feito por empresas estrangeiras. A nossa advertência é de que o petróleo é do povo brasileiro e da União, e não pode ser entregue assim”, afirma.

Ele explica que o petróleo, pertenc-



vimento com Inclusão Social

Fotos: Júlia Gaspar



Platéia atenta do 8º CONSENGE. Delegados erguem o crachá vermelho para votação em plenária.

energia e petróleo

endo à união, pode ser usado estrategicamente, inclusive sendo exportado de forma soberana pelos preços do mercado internacional, totalmente diferente das condições de hoje, na qual uma empresa ganha um bloco, extrai e é dona do petróleo. “Então a gente quer compatibilizar o marco regulatório com a constituição e com a necessidade do povo brasileiro”, diz.

Fernando Siqueira garante que os benefícios que o pré-sal pode trazer para o Brasil são imensos. “A previsão do preço do petróleo é de subida, porque nós estamos no limiar do terceiro e definitivo choque, que é a oferta de petróleo mundial estar chegando no pico, enquanto a demanda está crescendo. Então vai haver uma defasagem entre oferta e demanda e a consequência é o aumento dos preços. Imagina o petróleo a duzentos dólares o barril, quando deve começar a produção do pré-sal, 90 bilhões de barris a duzentos dólares, são 18 trilhões de dólares que pertencem ao povo brasileiro e podem pagar investimentos em infra-estrutura, educação, saúde, reequipagem das forças armadas, enfim colocar o Brasil como um país desenvolvido, de vanguarda, erradicando a miséria. Então esse benefício deve ser usado em benefício do povo brasileiro”, declara.

Siqueira afirma que o petróleo brasileiro não deve ser entregue a empresas estrangeiras. “Porque além de restaurar a riqueza para o povo brasileiro, vai restaurar o desenvolvimento tecnológico, a

criação de empregos em grande escala, para os técnicos brasileiros. Se for entregue para empresas estrangeiras, virão técnicos do exterior, e além de levar o petróleo, ainda levam os empregos para eles. O CONSENGE precisa se engajar nessa luta para defender o mercado de trabalho nacional, e a engenharia nacional”, alerta.

Fernando Siqueira acredita que o preço do petróleo ainda vai aumentar muito. “Em 1999, no primeiro Fórum Social Mundial, baseado em estudos técnicos, eu afirmei em palestra que o petróleo estava a dez dólares, mas que chegaria a 100 dólares antes de 2010, e estava certo, aconteceu. Hoje esses mesmos estudos prevêem que ele poderá chegar a 180 dólares em 2015 e 300 dólares em 2020”. Ele explica que o petróleo está chegando a um máximo de extração e a demanda, influenciada pela China, pelos Estados Unidos, pela Coreia, tem a tendência a crescer. “Então a oferta não vai acompanhar a demanda, e quando isso acontece a primeira consequência é a subida irreversível de preços. Algumas quedas têm havido por ação dos Estados Unidos, para sair do sufoco econômico. Ele importa sete bilhões de barris por ano a 100 dólares, são 700 bilhões, se esse petróleo for a 200 dólares, passa a ser um trilhão e quatrocentos por ano. Nenhuma economia agüenta isso, por isso os Estados Unidos estão forçando uma baixa, mas eles não vão conseguir por muito tempo”, afirma.

Para o avanço do sindicalismo

Em palestra sobre Organização Sindical, o professor e escritor Vito Giannotti mostrou aos presentes que os SENGES precisam investir na formação política dos engenheiros e melhorar a comunicação dos sindicatos.

Vito Giannotti considera que o esvaziamento sindical no Brasil é ruim, mas afirma que, no resto do mundo, ainda é pior. O especialista diz que é preciso fortalecer os SENGES para responder aos desafios de hoje. “Nenhum sindicato está a altura disso”, declara.

Para fortalecer os SENGES, Giannotti explica que cada sindicato precisa juntar e integrar mais gente; desenvolver atividades associativas de várias formas, com filmes – inclusive o especialista elogia os vídeos produzidos pelo SENGE-RJ – excursões, atividades de cunho cultural e políticas declaradas, aniversários, enfim, oportunidades das pessoas estarem juntas, trocarem idéias e experiências políticas.

“É preciso investir na formação política como atividade central e constante, com palestras atuais e cursos, porque a Globo e a Veja também fazem formação política para a sociedade, só que da maneira delas”, diz.

Ele também explica que os sindicatos precisam participar dos movimentos sociais e dos fóruns. “Por que os SENGES não organizam 10 engenheiros para dar aulas em cursos de pré-vestibular social? Ajudaria a sociedade carente a passar no vestibular e, ao mesmo tempo, ‘ganharía cabeças’”, afirma.

Giannotti recomenda também que os sindicalistas visitem acampamentos do MST. “90% dos engenheiros acham que o MST é um grupo de vagabundos, não fazem nada e ainda invadem terras. Temos que



Vito Giannotti em palestra no 8º CONSENGE

mostrar que não são vagabundos, que eles sabem trabalhar a terra. Isso é formação política”, afirma.

Outro aspecto importante destacado por Vito Giannotti é a necessidade de melhorar a comunicação funcional para organizar a luta. “É fundamental fazer boletim eletrônico diário, jornal mensal e revista trimestral”, diz.

Para Giannotti, o sindicalismo vive um impasse: “a esquerda chegou ao governo, mas como a central sindical vai se relacionar com o governo eleito por nós?”, indaga. Ele afirma também que é urgente aumentar as lutas concretas e imediatas da categoria: “se não fosse isso, as condições de trabalho estariam terríveis”, declara.

Giannotti considera que a década de 80 foi a de maior mobilização dos trabalhadores. “A maior greve já feita foi em 1989”, afirma. Mas ele lamenta que, nos anos 90, praticamente não se tenha feito concurso público. “Nos dias de hoje, vivemos com a precarização do trabalho, dos direitos dos trabalhadores. Precisamos avançar”, finaliza.



CONFIRA NA PRÓXIMA EDIÇÃO DO JORNAL DO ENGENHEIRO
Diretores entrevistam Márcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Os guerreiros ao meu redor

Telma Maria*

Entro e saio de casa ... Vejo os soldados.
Muitos guerreiros!
Ando pelo bairro....
Mais guerreiros!
Em cada esquina, curva ou reta....
Observo os guerreiros....

Estes soldados são gente, mas **não** como a gente!
Tenho o privilégio de conhecer alguns destes heróis!

Dona Maria é uma destas heroínas dentre muitas da nossa cidade.
Há anos é guardadora de carros na minha rua.
Viúva com 60anos de guerra, dois filhos já criados, com uma ferida no pé que vem e vai, e nunca cicatriza, deixando-o o dobro do tamanho. E o pior, seu “posto” na guerra exige que ela fique em pé!
São 22h... Observo da janela e lá está ela, sorridente, ainda na “trincheira” da vida, com sua arma em punho: uma garrafa térmica de café!

Edmilson, outro guardador. Ele e a dona Maria se revezam na tarefa.
Vejo-o andando de lá para cá, papeando com todos na rua; porteiros, moradores e seguranças das lojas da região. Depois de ficar na luta o dia inteiro, rende outros soldados nas noites de “folga” destes. Assume um novo posto: como vigia noturno de alguns prédios, inclusive o meu. Não dispensa uma só luta nesta guerra para sua sobrevivência. Onde for chamado para trabalhar lá estará ele. Ainda teve vibração para enfeitar a “nossa” rua para a Copa! Ele foi o nosso decorador!

O anônimo morador de rua em frente à loja da Ortobon.
Jamais ele sai dali. Já tem até seu próprio colchão! Artista e deficiente físico. Nunca o vi em pé, mas também afirmo, nunca o vi parado! Os braços são atrofiados, mas produtivos. Pinta sem parar em papel A3 especial, com canetas de várias cores, uma arte que lembra a do Picasso! Não fica nem uma minúscula área de 1cm²no papel sem tinta! Já conseguiu patrocínio para imprimir sua arte em camisetas brancas, que ele vende por ali mesmo.

Guedes, Gonçalves, Severinos, etc., e tantos que não sabemos os nomes.
Qual é o treinamento tático deste exército?
– Pobreza

Mas será apenas este treinamento?
Não... Acho que não!
Infelizmente, há muitas “baixas” por aí, embora todos estes guerreiros tenham o mesmo treinamento.

Seguem a vida na batalha... Dia a dia....
Alguns ousam pensar no amanhã...

* **Telma Maria Ferreira Monteiro de Barros** é engenheira eletricitista da Secretaria de Habitação da Prefeitura do Rio de Janeiro

• A coluna “Engenharia Cultural” é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para:
imprensa@sengerj.org.br

Encontro mostra importância da CAIXA

A Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da Caixa (ANEAC) promoveu, de 26 a 30 de agosto, o seu III Encontro Técnico com o tema “Gestão de Obras Públicas”. Além dos Associados, compareceram representantes do legislativo, do setor de controle e criminal (TCU, Auditores, Peritos da Polícia Federal) e do movimento popular. Deste encontro, pode-se constatar a importância da CAIXA como instrumento de fomento e controle do governo federal, com relação a implementação de obras públicas no país e a maneira que os entes externos acompanham as intervenções da CAIXA.

DAER/RS paga piso a engenheiros

Quinze anos após diversos embargos judiciais, os engenheiros do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul conseguiram garantir, através do Tribunal Superior do Trabalho, o piso salarial da categoria, na segunda-feira, 25 de agosto. Por iniciativa do Sindicato dos Engenheiros do Estado, os trabalhadores levaram a reclamação à justiça e conquistaram as diferenças salariais entre o que era pago e o mínimo profissional fixado pela lei 4.950-A/66. Segundo a relatora do processo, a ministra Maria de Assis Calsing, ao contratar empregados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, o empregador estadual equipara-se ao privado e está sujeito, portanto, às leis federais que tratam de política salarial.

Vale reintegra engenheiro

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro logrou êxito em reintegrar um engenheiro ao seu emprego, em 7 de agosto, numa causa trabalhista contra a Fundação Vale do Rio Doce (Valia), no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. O reclamante, que, ao mesmo tempo em que era empregado da empresa, exercia o cargo de Diretor do Conselho de Administração como Conselheiro efetivo, tendo portanto esta-

bilidade provisória, garantida pela legislação em vigor, conseguiu reaver seu cargo, juntamente com todos os seus direitos, como plano de saúde, aposentadoria e pagamento de salários do período em que esteve afastado até seu retorno ao trabalho. O Tribunal considerou a demissão injusta e expediu mandado de reintegração urgente para o engenheiro. A pena de não cumprimento da determinação para a empresa é de mil reais por dia.

Empregados rejeitam proposta da EPE

Em assembléia realizada no dia 27 de agosto, funcionários da Empresa de Pesquisa Energética rejeitaram a proposta que a EPE reiterou na última rodada de negociação. Durante os debates e depois em votação formal, os empregados decidiram pela manutenção da proposta já apresentada anteriormente à empresa.

Na proposta dos empregados da EPE consta: a elevação do patamar salarial dos profissionais de nível médio a um compatível com os de nível superior; o enquadramento de todos os concursados; abono de produtividade de 7,5% de uma remuneração mais uma parcela fixa de R\$ 2.000; plano de treinamento que dê perspectiva de evolução na carreira.

Os Sindicatos Signatários do ACT na EPE realizaram uma reunião com a presidência da empresa, na qual o presidente da EPE, Mauricio Tolmasquim, se comprometeu a encontrar uma solução.

O repique da inflação no Brasil. E os salários, o que têm com isso?

Nos últimos meses, o tema da inflação foi objeto de ampla veiculação na mídia nacional. As imagens transmitidas das maquininhas de remarcação de preços nos supermercados reavivaram a triste memória inflacionária do povo brasileiro. Foi dado grande destaque para o recrudescimento da alta dos preços de um conjunto de alimentos básicos de forte impacto nas despesas dos trabalhadores brasileiros, especialmente dos mais pobres. Estas altas encontram explicações no comportamento do mercado internacional, marcado por uma forte instabilidade de preços de produtos de grande importância no comércio entre os países: grãos, metais e petróleo e seus derivados.

A atual aceleração dos preços, causada, principalmente, pela “inflação dos alimentos”, impõe uma perda de poder aquisitivo proporcionalmente maior ao segmento da população de mais baixa renda, devido ao fato de tais produtos essenciais pesarem relativamente mais no consumo das famílias dos trabalhadores. Este efeito sobre o poder de compra dos trabalhadores revela, por si só, a importância do combate à inflação. Isto não se discute. O principal questionamento a ser feito, entretanto, dirige-se ao diagnóstico de alguns segmentos, dentre os quais o Banco Central, sobre as causas da aceleração dos preços.

A opção por restringir o consumo através da contenção de salários e do freio à elevação do emprego apóia-se no diagnóstico de que há um superaquecimento da atividade econômica e o meio mais eficaz para se obter o controle dos

preços é, portanto, a retração da demanda interna. Assim, espera-se que o desaquecimento da economia reduza a geração de empregos, o que tende a provocar mais desemprego e dificuldades para as negociações coletivas, em especial no que se refere às conquistas salariais. E tudo isso apregoadado em nome do combate a uma inflação importada!

Sabe-se que os sindicatos, através das negociações coletivas, conseguem estabelecer apenas a definição dos valores nominais (em R\$) para os salários dos trabalhadores. Deste modo, encontra-se completamente fora do poder de decisão dos sindicatos e dos trabalhadores a definição dos preços dos bens e serviços ofertados na economia. Além disso, mesmo que ocorram aumentos reais de salários, há a possibilidade de os mesmos serem absorvidos pelas empresas por meio do repasse dos ganhos de produtividade obtidos ao longo de tempo, o que anula os supostos impactos de tais reajustes sobre os custos de produção.

Do ponto de vista dos trabalhadores e do movimento sindical, a terapia de enfrentamento

deve, ao contrário, passar por políticas que estimulem a oferta de alimentos. Deixar, estritamente, sob o controle do mercado a regulação de preços dos gêneros alimentícios essenciais mostra-se bastante arriscado para assegurar uma oferta desses produtos condizente com o nível de demanda. Torna-se, portanto, fundamental estabelecer um conjunto de políticas agrícolas que estimulem a oferta e garantam a estabilidade de preços (preços mínimos, estoques reguladores). Em outras palavras, regular publicamente o abastecimento interno desses bens, em nome da segurança alimentar da população, apresenta-se como via alternativa de combate à aceleração da inflação, sem gerar mais sacrifícios aos trabalhadores e sem comprometer as expectativas gerais de retomada do crescimento da economia brasileira com distribuição de renda e de riqueza.

Sobre este tema, “Inflação e as Campanhas Salariais”, o DIEESE e as Centrais Sindicais promoveram uma série de debates em todas as capitais do país, no mês de agosto deste ano, e foi elaborada pelo DIEESE a Nota Técnica, nº 73, disponível no sítio: www.dieese.org.br.

Filie-se ao DIEESE! ►

Para saber mais sobre o DIEESE, consulte o site www.dieese.org.br ou envie uma mensagem para novosocio@dieese.org.br

Leia na página eletrônica do Dieese outras análises e estudos sobre o mundo do trabalho (www.dieese.org.br)

ART

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

PRÉ-SAL

O futuro do país a 7 mil metros do chão

As novas reservas trarão grandes benefícios ao Brasil, se bem aproveitadas

Julia Affonso

Abaixo da camada de sal, localizada entre 5 e 7 mil metros, numa extensão de aproximadamente 800 quilômetros que vai do Espírito Santo à Santa Catarina, está a menina dos olhos do governo, atualmente: a reserva petrolífera do pré-sal. Ainda não se sabe ao certo a quantidade de petróleo existente na área, mas estimativas relatam que há algo em torno de 55 bilhões de barris. Embora toda essa energia seja uma grande fonte de renda para o país, as receitas que serão geradas futuramente ainda não têm destino certo. O único objetivo concreto, por enquanto, é que essas receitas ajudarão a melhorar a educação dos alunos brasileiros.

Para regular a exploração e permitir que os rendimentos aumentem os lucros do Estado, o governo do presidente Lula criou uma comissão interministerial, em julho passado. Formado pelos ministros Edison Lobão, de Minas e Energia, Dilma Russef, da Casa Civil, Paulo Bernardo, do Planejamento, Guido Mantega, da Fazenda, e Miguel Jorge, do Desenvolvimento e pelos presidentes da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, e da Petrobras, Sérgio Gabrielli, o grupo é o atual responsável por estudar e tomar medidas sobre as reservas.

A primeira proposta do governo, a criação de uma estatal que controle os campos da Bacia de Santos, não vem agradando a todos. Para o presidente Diomedes Cesário, da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), não há necessidade de fundar uma nova empresa. Ele acredita que o petróleo do pré-sal deve ser do

O AVANÇO DA EXPLORAÇÃO BRASILEIRA

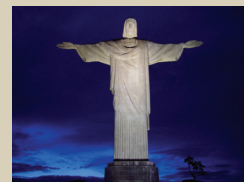
1977

Início da exploração na Bacia de Campos: **124 metros** abaixo do nível do mar (duas vezes a altura do vão central da Ponte Rio-Niterói).



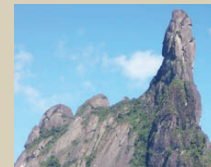
1988

Campo de Marimbá: extração a **492 metros** (tamanho pouco menor do que o Corcovado).



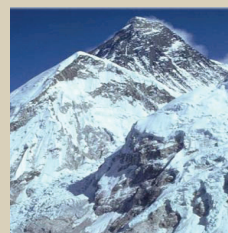
1997

Campo de Marlim Sul: **1709 metros** (quase a altura do Dedo de Deus).



2008

Presidente Lula participa da primeira extração no pré-sal, a **7 mil metros** do nível do oceano (pouco menos que o Monte Everest, o ponto geográfico mais alto do mundo).



país e não de quem extrai, como ocorre atualmente. Hoje, a empresa que possui a concessão é dona de tudo que é retirado, ficando com a União apenas as reservas.

– Hoje, as empresas que detêm a concessão é que possuem este privilégio e são estimuladas a produzir o mais rapidamente possível. Entendemos que não há necessidade de criar uma nova empresa para controlar as novas reservas de petróleo. Há um conhecimento técnico necessário, que o corpo técnico da Petrobrás detém e que deveria ser utilizado, considera Cesário, que sugere o aumento da participação do governo na companhia, retornando aos níveis existentes antes da venda de 28% das ações com direito a voto no final, em 2000, pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Entre os muitos benefícios que as reservas petrolíferas trarão, os engenheiros

Diomedes Cesário e Paulo Métri, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, destacam o desenvolvimento do país. Para eles, o aumento das receitas diminuirá a desigualdade ao resgatar dívidas sociais. O engenheiro da Aepet acrescenta que ao reduzir essas diferenças, um fundo poderá ser criado para as futuras gerações.

Nem tudo são flores

O envolvimento de empresas privadas que atualmente exploram campos na Bacia de Santos é um tema sobre o qual Métri chama à atenção. Segundo o engenheiro, é preciso reparar um erro que vem sendo disseminado:

– Diz-se que, como 60% das ações da Petrobras estão com investidores privados, 60% de seu lucro estão indo para eles. Os dividendos correspondem, somente, a 25% dos ganhos da empresa, assim os acionistas privados

estão recebendo 60% de 25% do lucro da Petrobras, explica.

Enquanto as reservas petrolíferas têm sido elogiadas de norte a sul do país, os engenheiros concordam que é preciso abrir o olho para que os campos não se esvaziem sem que a população brasileira seja a grande beneficiada. Cesário diz que para isto acontecer, “é preciso que haja uma geração de dirigentes com vontade política e muito apoio e pressão da sociedade organizada” e Métri faz um alerta:

– As reservas do pré-sal representam uma riqueza imensa, cujo aproveitamento, se não for bem planejado, poderá não beneficiar, significativamente, a sociedade brasileira. Existem os tradicionais usurpadores dos bens da nossa sociedade, que estão sempre prontos para dar o bote, procurando se apoderar de algo da coletividade, aponta.